



DEBATES E AGENDA COP29

11- 18.11

beon
FSB holding

seita.
FSB holding

The Nature
Conservancy 
Brasil



QUEM SOMOS



A Seta Solutions é a empresa de public affairs e inteligência governamental da FSB Holding. Seu propósito é ampliar o diálogo institucional entre os vários atores da sociedade civil e o poder público de modo a melhorar o ambiente de negócios no Brasil.



A Beon ESG é a consultoria em sustentabilidade e estratégia ESG da FSB Holding. Liderada por Danilo Maeda, a consultoria oferece metodologias e projetos sob medida com foco na geração de valor compartilhado para apoiar as jornadas de sustentabilidade dos clientes, com impactos socioambientais positivos e mitigação de riscos, de forma alinhada ao negócio.



A The Nature Conservancy (TNC) é uma organização de conservação ambiental dedicada à proteção das terras e águas das quais toda a vida depende. Guiada pela ciência, a TNC cria soluções locais inovadoras para os principais desafios do mundo, de forma que a natureza e as pessoas possam prosperar juntas. No Brasil, onde atua há 35 anos, o trabalho da TNC concentra-se em solucionar os complexos desafios de conservação da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica a partir de uma abordagem sistêmica, com foco na implementação e geração de impacto, para mitigar as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

Debates e Agenda

A COP29 reúne líderes globais, empresas e ONGs para debater soluções climáticas urgentes. Dentre os destaques da discussão até este momento, está, o avanço no mercado de carbono, a criação da Troika Indígena e o lançamento de estratégias brasileiras para adaptação e mitigação climática.

Com a aprovação de marcos como o PL 182/2024 no Brasil e a busca por novos financiamentos internacionais, a conferência enfatiza justiça climática, inovação e colaboração global.

Outros debates focam no financiamento climático, com países desenvolvidos sob pressão para aumentar contribuições e garantir apoio direto aos países vulneráveis. A conferência reforça a importância da inovação, da colaboração global e da liderança de países como o Brasil para manter viva a meta de limitar o aquecimento a 1,5°C e transformar compromissos em ações concretas.



Na quarta-feira (13), povos indígenas do Brasil, Austrália e Ilhas do Pacífico anunciaram a criação da "Troika dos Povos Indígenas" durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29) em Baku, Azerbaijão. A iniciativa, que visa aumentar a participação e liderança das comunidades ancestrais nas discussões sobre a crise climática, foi apresentada pela ministra dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, com a presença da presidente da Funai, Joênia Wapichana. A ação, protagonizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Organização dos Povos Indígenas da Austrália e a Rede de Ação Climática das Ilhas do Pacífico, busca destacar o papel crucial que esses povos desempenham na preservação da natureza e na mitigação das mudanças climáticas.

O nome "Troika dos Povos Indígenas" é uma referência à Troika da COP, que inclui os Emirados Árabes Unidos, Azerbaijão e Brasil, responsáveis por liderar as COPs 28, 29 e 30, respectivamente.

A proposta é garantir que as vozes e as necessidades dos povos indígenas sejam centrais nas discussões sobre políticas climáticas. Sônia Guajajara enfatizou a importância de reconhecer a contribuição histórica dos indígenas e a necessidade de uma participação mais significativa nas COPs, destacando que as mudanças climáticas já afetam essas comunidades de maneira aguda.

A presidenta da Funai, Joênia Wapichana, e líderes indígenas de outras regiões reforçaram a urgência de incluir as perspectivas e soluções tradicionais dos povos indígenas nas negociações climáticas. Alana Manchineri, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), destacou que a luta por direitos territoriais e pela preservação do meio ambiente é uma causa global que une os povos indígenas. A Troika dos Povos Indígenas é vista não apenas como uma plataforma de participação, mas como um chamado para ações concretas que reconheçam a liderança indígena na busca por soluções para a crise climática.

ADAPTAÇÃO

Um dos objetivos da COP29 é o avanço das Metas Globais de Adaptação (GGA, na sua sigla, em inglês), na definição de indicadores para mensuração do progresso das metas temáticas e dimensionais previstas nos parágrafos 9 e 10 da Decisão 2/ CMA.5. Além disso, elas devem considerar diversos aspectos relevantes para o futuro do GGA, como a compreensão sobre diferentes cenários de riscos e impactos climáticos e a identificação de lacunas de conhecimento e de capacidades de ação, por exemplo. A decisão final dos indicadores do GGA deverá ser entregue na COP30, porém, Baku deve entregar um documento avançado e consensuado entre as Partes para garantir o ritmo das atividades. A primeira semana finalizou com um rascunho do documento, significativamente simplificado e com opções para vários parágrafos. As partes concordaram em encaminhar essa questão para a segunda semana, para consideração adicional e deliberação sobre as opções em aberto.



Adaptação na NDC Brasileira

Para implementar sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), entregue pelo Vice-Presidente Geraldo Alckimin na COP29, o Brasil contará com o processo de atualização do Plano Nacional de Mudança do Clima (Plano Climático). Alinhado ao Pacto pela Transformação Ecológica do Estado brasileiro, o Plano Clima terá um papel central na coordenação de políticas e medidas relacionadas à mitigação e adaptação, buscando cumprir os compromissos do Brasil com a UNFCCC e o Acordo de Paris, em consonância com os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável e justiça social, ambiental e climática. Está em processo de revisão o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), que incentivará a criação de planos locais de adaptação e resiliência, além de estratégias interinstitucionais para gestão de desastres e eventos climáticos extremos, especialmente em comunidades vulneráveis.

A Estratégia Nacional de Adaptação, que esteve em consulta pública até 13 de novembro, estabelece diretrizes para a implementação de ações em níveis federal, estadual e municipal, promovendo o desenvolvimento sustentável e a justiça climática. A NDC Brasileira apresentou 13 diretrizes para adaptação, assim como os objetivos nacionais de adaptação. Eles visam aumentar a resiliência das populações, promover segurança hídrica e alimentar, proteger ecossistemas e garantir o bem-estar das comunidades, tudo isso respeitando a diversidade cultural e as práticas tradicionais. O Plano Clima Adaptação guiará ações de curto, médio e longo prazo, tendo a justiça climática como eixo transversal dos 16 planos setoriais.





MERCADO DE CARBONO

Artigo 6

Outra agenda de destaque e que aguarda um encerramento na COP29 é o Artigo 6, também conhecido como o artigo que define as regras para o funcionamento de um mercado de carbono internacional. Três itens ainda estão em definição: 6.2: define as diretrizes para a troca de emissões entre dois (ou mais) países, e que como essa troca deve ser contabilizada nas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) de cada país; 6.4: define as diretrizes para o funcionamento de um mercado de carbono internacional de emissões verificadas e certificadas, e como deverão ser descontadas e contabilizadas das NDCs e; 6.8: define diretrizes para uma abordagem não mercadológica, estabelecendo uma plataforma para que países visibilizem suas ações de mitigação e adaptação que estejam contribuindo para a agenda climática, em busca de recursos e investimento de outros países, para o fortalecimento e reconhecimento das atividades.

Na primeira semana delegados avançaram nos textos, chegando em acordos em quase todos os itens, principalmente na definição e estabelecimento de padrões no 6.4 e chegando num texto final do 6.8. Espera-se que nessa segunda semana a negociação finalize os ajustes em consenso entre as partes, como um sinal para que domesticamente os governos anaces com seus mercados internos, como uma das ferramentas para ações climáticas.

No Brasil, já com a COP29 iniciada, houve a votação do PL 182/2024, que estabelece o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e define um marco regulatório para a venda de créditos de carbono a partir de iniciativas de preservação ambiental e de enfrentamento às mudanças climáticas. Após embates nos últimos meses sobre a autoria e conteúdo do PL, ele foi aprovado no Senado, com algumas emendas, e seguiu para a aprovação na Câmara dos Deputados. Há expectativa que o PL seja votado ainda nesta semana, antes da finalização da COP29, como mais um sinal de avanço do governo brasileiro para ações e ferramentas da agenda climática.



O Senado aprovou a regulamentação do Mercado de Carbono, acelerando sua tramitação antes da COP29, no Azerbaijão. O texto, substitutivo da senadora Leila Barros (PDT-DF), busca alinhar o Brasil às regras internacionais, atraindo investimentos e ajudando no combate às mudanças climáticas. A proposta divide o mercado em regulado e voluntário, estabelecendo limites de emissão e parâmetros de regulação e fiscalização, com a possibilidade de compensação por meio de créditos de carbono. O mercado voluntário, mais flexível, abrange setores como o agronegócio, incentivando o uso de energias renováveis.

Um ponto relevante trazido pelo texto é a previsão de tributação do mercado e o direcionamento de recursos para o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (75%) e para a compensação de povos indígenas (5%), que contribuem para a conservação ambiental. Com a aprovação, o Brasil se posiciona como um player relevante no mercado internacional de carbono. Por ter sofrido alterações, o texto retorna à Câmara dos Deputados para análise final.

O desenho do mercado de carbono que está sendo aprovado no Brasil, entretanto, ainda apresenta incertezas sobre os limites de emissão e a compensação de créditos, que serão definidas no Plano Nacional de Alocação. Essa indefinição gera insegurança para o setor industrial, além de deixar para regulamentações futuras a maior parte dos temas, como o cálculo de multas. Outro ponto é que a implementação do sistema exigirá um mecanismo sofisticado, comparável à Receita Federal em termos de coleta e análise de dados.

Outra crítica colocada por alguns Senadores na aprovação foi a inclusão de disposições excessivas sobre o mercado voluntário e sistemas jurisdicionais de geração de créditos. Questões como a exclusão de terras privadas de programas jurisdicionais foram detalhadas por exigência de setores específicos, trazendo ao mesmo tempo segurança jurídica, porém engessando o mecanismo com riscos de sobrecarga no órgão regulador. Segundo analistas, a regulamentação infralegal terá uma grande responsabilidade em definir o funcionamento do mercado e seu potencial funcionamento, além de endereçar as regras de transição do modelo para os diferentes setores.

DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS

Focado na transformação energética, o governo federal lançou, durante a COP29, o **Pacto Global para uma Transição Energética Justa e Inclusiva**, reforçando o compromisso do Brasil em liderar e apoiar iniciativas globais de energia limpa e sustentável. Originalmente aprovado pelos ministros de energia do G20, o pacto agora se consolida como um mecanismo internacional aberto à adesão de países, empresas e organizações, promovendo transições energéticas que priorizem justiça social, inclusão e sustentabilidade.

O Pacto abrange os seguintes compromissos:

- Aumentar a segurança energética: garantir o acesso sustentável e seguro a fontes de energia.
- Combater a pobreza energética: reduzir desigualdades no acesso à energia, especialmente em países em desenvolvimento.
- Promover diálogo social: incluir diversas partes interessadas no planejamento e execução de políticas relacionadas à transição energética.

Roteiro para Aumentar o Investimento em Energia Limpa em Países em Desenvolvimento. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que liderou a iniciativa, apresentou também um roteiro considerado um marco do governo Lula, que aposta na tecnologia como motor de transformação. Durante a COP29 e no contexto da presidência brasileira do G20, o Brasil, em parceria com a Agência Internacional de Energia - IEA, lançou um plano para sextuplicar investimentos em energia limpa até 2035, atrair financiamento privado e criar políticas para um sistema energético resiliente. O documento, apresentado no Pavilhão Brasil, teve contribuições do G20, países convidados e organizações internacionais.

Outro ponto de destaque foi o apelo do Brasil para que o G20 assumira a liderança no financiamento climático. A **secretária Ana Toni, do Ministério do Meio Ambiente**, em painel na COP 29, ressaltou a importância de mobilizar recursos públicos e privados para mitigar emissões e apoiar os países em desenvolvimento na adaptação às mudanças climáticas.

CENÁRIO

A presidência da COP29, liderada por Mukhtar Babayev, convocou Brasil e Reino Unido para mediar as difíceis negociações sobre financiamento climático, evidenciando o impasse entre os quase 200 países. O Brasil foi escolhido por sediar a próxima COP e ser uma liderança entre os países em desenvolvimento, enquanto o Reino Unido traz experiência como último anfitrião europeu da cúpula.

A principal questão é o financiamento global para ações climáticas, com países em desenvolvimento solicitando US\$ 1,3 trilhão, enquanto nações ricas resistem, defendendo valores próximos aos US\$ 100 bilhões anuais acordados em 2009, mas nunca cumpridos. Além disso, os países desenvolvidos pressionam para que China e produtores de petróleo contribuam.

A COP 29 segue em busca de consenso sobre valores, critérios e fiscalização.

ATORES

As negociações da COP29, em Baku, seguem lentas e marcadas por incertezas. Países ricos, em desenvolvimento e o setor privado estão no centro das discussões sobre uma nova meta de financiamento climático, essencial para enfrentar as mudanças climáticas. Apesar de avanços na redução do rascunho do acordo de 33 para 25 páginas, alcançar o consenso sobre os US\$ 1 trilhão anuais estimados como necessários para os países em desenvolvimento até o final da década permanece um desafio.

Simon Stiell, principal representante climático da ONU, pressionou os líderes do G20, reunidos no Rio de Janeiro, a enviar um sinal de apoio claro para impulsionar as negociações da COP29. Ele pediu aumento de doações, revisão de dívidas e ampliação de empréstimos para evitar que as nações mais vulneráveis sejam prejudicadas, destacando a necessidade de um compromisso coletivo para viabilizar metas climáticas globais.

IMPACTOS PARA EMPRESAS

Chegamos à metade do período previsto para as negociações da COP29 com alguns anúncios relevantes e muitas indefinições. No primeiro dia, uma notícia aguardada há 10 anos: aprovação dos padrões de qualidade para créditos de carbono, regras cruciais para se estabelecer um mercado global de compensações, com potencial de acelerar o desenvolvimento de soluções regenerativas.

Ainda há passos importantes pela frente antes desse mercado vir a existir de fato, mas o impacto pode ser relevante: Um estudo da Associação Internacional de Comércio de Emissões, grupo empresarial que apoia a criação de um mercado global de carbono, disse que o valor de mercado dos fluxos financeiros entre países pode ultrapassar US\$ 1 trilhão por ano em 2050, reduzindo os custos de mitigação em US\$ 21 trilhões entre 2020 e 2050. Isso significa uma redução de 5 bilhões de toneladas métricas de emissões de carbono anualmente.

ANÁLISE DE ESPECIALISTA



Danilo Maeda

Diretor Geral Beon ESG



Por outro lado, outros aspectos-chave ainda estão indefinidos. É necessário estabelecer um novo objetivo de financiamento climático (ou meta coletiva quantificada - NQCG), para substituir a meta de 100 bilhões de dólares anuais pelos países desenvolvidos. Os princípios das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e da responsabilidade histórica são a base de argumentação de organismos da sociedade civil e de países do chamado Sul Global para cobranças em relação ao compromissos dos países desenvolvidos em alocar recursos para financiar ambições climáticas maiores no ciclo de revisão das NDCs que se encerra em fevereiro de 2025. Vale destacar que tais princípios estão reforçados no Acordo de Paris, estabelecido e firmado pelas Partes em 2015.

Os países em desenvolvimento defendem que a nova meta seja de pelo menos US\$ 1 trilhão por ano a partir de 2030, o que vem sendo reiteradamente rejeitado pelos governos ricos, que alegam esgotamento dos fluxos de recursos públicos disponíveis para financiamento climático. Segundo eles, a solução estaria na ampliação do conjunto de doadores para além das nações ricas, incluindo economias emergentes, bancos multilaterais de desenvolvimento e iniciativa privada.

Diante do cenário atual das discussões e de uma realidade em que o limite de 1,5°C no aquecimento global está muito próximo, é possível listar algumas oportunidades para o setor privado, considerando sua atuação num mundo em rápida transição para economia verde.



OPORTUNIDADES PARA

1. Geração de créditos de carbono, tanto via preservação de florestas quanto restauração de áreas degradadas, que representa oportunidade para que indústrias difíceis de descarbonizar reduzam suas emissões enquanto continuam trabalhando na diminuição de suas emissões em suas cadeias. Além disso, empresas podem desenvolver e implementar projetos de carbono, seguindo regras do mercado voluntário, em suas próprias operações ou em parceria com outras organizações, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e fortalecendo seus compromissos.

2. Soluções com inovação para acelerar a agenda, especialmente em cadeias de valor “hard to abate”, estratégia fundamental para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. O investimento e adoção de tecnologias disruptivas, como bioeconomia, hidrogênio verde e SAF (Sistemas Agroflorestais), pode trazer oportunidades de ganhos de escala e captura de valor relevantes e abrir novas oportunidades de negócios.

3. Engajamento entre sociedade civil e educação para a sustentabilidade, que além de necessários - uma vez que o senso de urgência e grau de conhecimento sobre o tema são relativamente baixos - permitem que as empresas aproveitem a co-criação de soluções com a sociedade civil, tornando-as mais relevantes e eficazes, além de fortalecer marcas mais e atrair consumidores conscientes.

4. Fortalecimento de políticas públicas e advocacy da sustentabilidade, como forma de criar um ambiente de negócios mais favorável, reduzir os riscos associados às mudanças climáticas e preservar a competitividade das organizações que proativamente e de maneira legitimamente engajada assumem a liderança na agenda.

5. Integração com atores internacionais. Frequentemente, organizações brasileiras são bastante centradas no mercado local e podem se beneficiar de maior intercâmbio. Há muitos aprendizados e mercados a explorar fora das nossas fronteiras.



Análise

PONTO DE VISTA DO OBSERVADOR

Entre a expectativa e o desânimo a COP29 avança lentamente. Para uma conferência considerada por muitos esvaziada, alguns números surpreendem. Nos corredores lotados 66 mil pessoas, sendo metade delegados e outros 30 mil observadores, circulam discutindo o futuro da agenda climática nas salas de negociações e apresentando centenas de eventos paralelos que buscam compartilhar soluções para o enfrentamento das emergências climáticas.

Dois anúncios mereceram destaque ao longo da primeira semana. Primeiro o lançamento da Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica (BIP). A plataforma foi criada para mobilizar capital nacional e internacional em apoio aos Planos de Transformação Ecológica e transição climática do governo brasileiro buscando sistematizar o compromisso do país com a neutralidade de carbono até 2050.

O segundo anúncio foi a Coalizão Brasileira de Financiamento para a Restauração Florestal e Bioeconomia (BRP), iniciativa público-privada que busca acelerar a conservação e a restauração das florestas no Brasil, incluindo a meta de restaurar 12 milhões de hectares prevista na NDC, com um investimento de pelo menos US\$10 bilhões até 2030 entre os membros da Coalizão.

ANÁLISE DO OBSERVADOR

Por outro lado, na pauta de negociações o financiamento climático domina o debate. É fundamental que os líderes globais reconheçam a necessidade de mais financiamento, superando o impasse sobre o quanto, quem paga e o que conta nesta contabilidade. O G77+China quer que os países desenvolvidos assumam um compromisso anual de US\$ 1,3 trilhão, soma que deve incluir fundos específicos para ações de redução de emissões, adaptação e perdas e danos.

Entre as reivindicações também está a demanda para que o financiamento chegue na forma de repasses diretos, e não de empréstimos, para não endividar ainda mais as economias já bastante sobrecarregadas. Estudos das Nações Unidas consideram que a implementação de todos os planos climáticos nacionais custará entre US\$ 5 trilhões e US\$ 6,8 trilhões até 2030.

Outras fontes calculam que sejam necessários US\$ 7,8 trilhões para o cumprimento das NDCs. A expectativa para esta semana é que o G20 envie fortes sinais à COP e um caminho do meio seja encontrado.

A decisão sobre as metas de financiamento será chave para o estabelecimento de NDCs mais ambiciosas. O anúncio da NDC brasileira foi recebido num mix de expectativas, mas na prática o Brasil passou de 48%-52% de redução dos níveis de 2005 para 59%-67% da mesma linha de base de 2005. Isso é uma importante melhoria pois é uma meta para toda a economia, o que significa que todos os setores contribuirão para a redução das emissões. Além disto, o Brasil anunciar sua NDC antecipadamente é visto como uma boa liderança. Num momento em que acredita-se que os EUA possa sair novamente do Acordo de Paris, é necessário manter viva a meta de 1,5°C e que países líderes mostrem que é possível seguir nesta direção.

Acompanhe as redes sociais da Seta e Beon ESG e fique por dentro de todas as discussões da COP29.

Para quaisquer dúvidas, sugestões ou esclarecimentos, entre em contato. Se quer saber como sua empresa pode estar na COP30, contate já nosso time.



Acompanhe as redes sociais da Seta e Beon ESG e fique por dentro de todas as discussões da COP29.

Se antecipe e conheça mais sobre a COP30, leia nosso ebook disponível [neste link](#) e converse com nosso time de especialistas



COP29
Baku
Azerbaijan
UN CLIMATE CHANGE CONFERENCE

beon

FSB holding
_

<https://www.beonesg.com>

[@beon.esg](https://twitter.com/beon.esg)

seta.

FSB holding
_

<https://www.setasolutions.com.br/>

[@setasolutions](https://twitter.com/setasolutions)